



FORMULÁRIO PARA RELATÓRIO FINAL

1. Identificação do Projeto

Título do Projeto PIBIC/PAIC

CONFLITOS TERRITORIAIS NA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL IGAPÓ AÇU (AMAZONAS, BRASIL).

Orientador

THEREZINHA JESUS PINTO FRAXE

Aluno

VICTOR FERREIRA INÁCIO

2. Informações de Acesso ao Documento

2.1 Este documento é confidencial?

SIM

NÃO

2.2 Este trabalho ocasionará registro de patente?

SIM

NÃO

2.3 Este trabalho pode ser liberado para reprodução?

SIM

NÃO

3. Introdução

O crescimento acentuado dos problemas ambientais tem gerado impactos negativos em escala global, transcendendo as fronteiras dos Estados Nacionais, levando conseqüentemente à necessidade de transcendência de proposições mitigadoras e sustentáveis ambientalmente. Dentre as propostas apresentadas na atualidade, destacam-se a criação de unidades de conservação, que vem se expandido consideravelmente no Brasil.

A questão ambiental é constantemente rediscutida no âmbito das transformações sociais intrínseca à lógica capitalista. A preocupação com a reserva



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RELATÓRIO FINAL PIBIC/PAIC 2015-2016



de capital natural por parte dos sujeitos sociais que territorializam os espaços é a principal causa da realização de reuniões e conferências internacionais.

A criação de unidades territoriais com fins de conservação e/ou preservação tornou-se o estratagema mais utilizado no Brasil, e na maioria dos países do “terceiro mundo” para mitigar os impactos nos ambientes mais vulneráveis.

O Amazonas vem se destacando na criação dessas unidades (SCHWEICKARDT, 2012), delimitadas com o intuito de preservar e/ou conservar áreas ambientalmente vulneráveis e destacar politicamente o estado do Amazonas no âmbito nacional e internacional. Os resultados dessas políticas ambientais tem sido promissores, entretanto o surgimento de conflitos territoriais após a implementação dessas áreas tem gerado discrepâncias e tem influenciado o processo decisório, obstando a efetividade dos planos de gestão.

O estado do Amazonas possui aproximadamente 40% do seu território convertido em unidades de conservação, o que equivale a aproximadamente 63 milhões de hectares, nos quais estão inseridas 42 unidades de conservação estaduais.

Superada a onda de criação de unidades de conservação e com a consolidação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, o Amazonas enfrenta o desafio de encontrar uma estratégia política eficiente para a implementação destas áreas, e um método para gestão das mesmas, que considere a diversidade biológica e cultural e as dimensões continentais do estado, bem como a escassez de recursos para este fim.

Por abrigar uma gama atores e peculiaridades, as Unidades de Conservação acabam figurando como um recorte da sociedade (IORIS, 2000), com seus conflitos e cooperação, requerendo projetos científicos que sejam capazes de abrigar respostas para o caso de divergências de interesses, dando ao gestor possibilidade de resguardar o objetivo e a finalidade para a qual a Unidade de Conservação foi criada, garantindo a sustentabilidade ambiental e os direitos dos povos tradicionais. É imprescindível entender e explorar essas questões para que as Políticas Ambientais estaduais e federais sejam mais pontuais e efetivas.

A escolha da área de estudo deve-se ao fato da RDS Igapó Açu ser a única UC do Amazonas atravessada por uma rodovia federal, a BR-319, o que lhe confere um ordenamento territorial específico, se comparada às outras UC estaduais. Dessa



forma, torna-se imprescindível estudá-la, visando a mitigação dos conflitos e a contribuição para projetos posteriores na área de gestão territorial e conflitos em Unidades de Conservação no Amazonas.

4. Justificativa

Com a expansão do capitalismo em todas as escalas a degradação do ambiente intensificou-se e, com isso, os países do “terceiro mundo” passaram a buscar estratégias que atenuassem os impactos desse sistema econômico vigente. Uma das estratégias mais executadas pelo Brasil em resposta às pressões ambientais por parte dos organismos internacionais foi a criação de áreas protegidas (IORIS, 2000), que são unidades territoriais demarcadas com fins de “preservação” e/ou “conservação” ambiental.

Os conflitos territoriais existentes em Unidades de Conservação têm sido minimizados por meio de algumas ferramentas de gestão, entretanto, muitos conflitos continuam existindo nas áreas protegidas. Dentre os elementos que garantem a minimização das relações conflituosas está o papel dos Conselhos Nacional e Estadual do Meio Ambiente, que nos últimos anos tem produzido importantes instrumentos para o manejo e gestão das Unidades de Conservação, como a Resolução da CEMA AM (Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas) 002/2008 que cria o Programa Agente Ambiental Voluntário no âmbito da Secretária de Estado de Meio Ambiente, e a Resolução 003 de 29 de outubro de 2008, que regulamenta o uso de madeira para o abastecimento das comunidades.

A área de estudo da pesquisa, RDS Igapó Açu, apresenta em seu território conflitos relacionados à pesca, conflitos esses entre os povos residentes e os pescadores externos à UC. O governo disponibiliza meios para que não haja prejuízo aos comunitários, mas ocorrem casos que a burocracia é tão elevada que chega a se tornar impossível ao comunitário usufruir de tal benefício disponibilizado, chegando a outros conflitos. No caso da agricultura esta dependência, na maioria das vezes, é extremamente complicada devido a localização da RDS e ao isolamento que gera dificuldades para o escoamento da produção.

Outro conflito que ocorre dentro da RDS Igapó Açu, é que a primeira parte da RDS é dividida em duas partes devido ao rio Igapó Açu tendo então duas partes da comunidade, um desses lados apóia a gestão da Unidade, participa das oficinas,



dos programas de ensino, e a outra parte só faz parte destes programas quando estes resultam em benefícios a eles, o que gera conflitos, pois na hora de conciliar com o que não está previsto no Plano de Gestão, a outra parte afirma que não faz parte da unidade, mas quando a benefício faz parte, gerando conflitos internos entre as duas partes da comunidade.

5. Objetivos

Geral:

- Analisar os conflitos territoriais na RDS do Igapó Açu (Amazonas) a partir da implementação da unidade de conservação.

Específicos:

- Compreender a natureza dos conflitos territoriais na RDS do Igapó Açu;
- Caracterizar os conflitos territoriais na área em estudo;
- Demonstrar o reordenamento territorial da RDS do Igapó Açu após a implementação da UC;

6. Metodologia

A pesquisa foi realizada em quatro etapas, referentes aos objetivos específicos supracitados e ao processo analítico posterior.

ETAPA I (Compreender a natureza dos conflitos territoriais na RDS do Igapó Açu)

- Trabalho de campo;
- Oficina participante com os moradores da UC;
- Entrevistas abertas com os moradores, com o gestor da unidade, e nos respectivos órgãos: Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), Fundação Amazonas Sustentável (FAS), e no Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM);
- Análise do Plano de Gestão;



UFAM

ETAPA II (Caracterizar os conflitos territoriais na RDS do Igapó Açu)

- Trabalho de campo;
- Observação participante;
- Oficina participante (tendo como produto o cartograma participante);
- Análise do Plano de Gestão;

ETAPA III (Demonstrar o reordenamento territorial da RDS do Igapó Açu após a implementação da UC)

- Trabalho de campo;
- Observação participante;
- Oficina participante (tendo como produto o cartograma participante);
- Análise do Plano de Gestão;

O trabalho de campo foi realizado a partir de oficinas participantes e das entrevistas abertas com os comunitários, que nos levou a chegar às conclusões dos resultados que serão percorridos posteriormente. Estes trabalhos de campo com o princípio de analisar os conflitos ali existentes teve como base um instrumento metodológico diferenciado, segundo Demo (1984) a pesquisa participante tem como principal característica o envolvimento dos povos no processo completo da pesquisa. Brandão (1988) entende a PP como a intersecção entre a teoria e ação, sendo também uma filiação ideológica educativa. Estes métodos auxiliaram na compreensão sobre os devidos conflitos a partir da visão dos povos residentes.

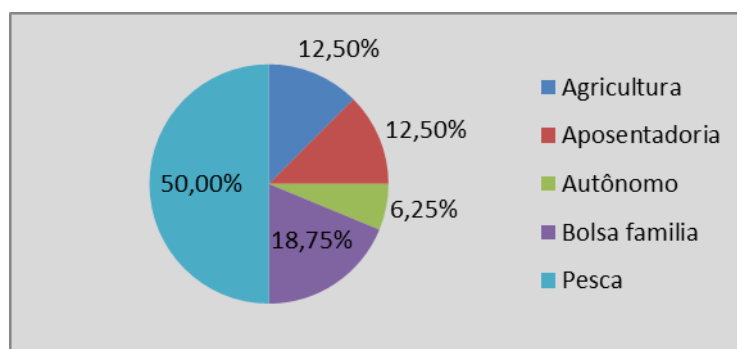
As oficinas realizadas com os comunitários na criação de cartogramas foram bastante úteis para o conhecimento do território o que fez ter um grande avanço dentro da pesquisa não só para o estudo, mas também para a própria comunidade que de certa forma se mostrou aberta para participação de tais oficinas, e que também auxilia na gestão da própria unidade de conservação, por ser utilizada de forma extremamente organizada como um atlas ambiental.

Para entender a natureza dos conflitos, caracterizamos e demonstramos em seu reordenamento territorial, e por fim foram aplicados formulários com os residentes da unidade de conservação, estes formulários evidenciaram as tipologias dos conflitos e as transformações que contribuíram para o reordenamento territorial da RDS Igapó Açu. Os dados também foram organizados em forma de gráficos, no intuito de representar graficamente os resultados encontrados na pesquisa.

7. Resultados e Discussão

A partir dos procedimentos metodológicos traçados e desenvolvidos, foram inferidos alguns resultados parciais, por meio da sistematização e análise dos dados coletados. A principal fonte de renda das famílias da RDS Igapó Açu advém da pesca (50%), do Programa Bolsa Família (18,75%), da agricultura (12,50%), da aposentadoria (12,50%), e de atividades autônomas (6,25%). A expressividade do número de famílias que tem como principal fonte de renda a pesca, mostra a importância desta atividade econômica na reprodução social da RDS, conforme evidencia o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Principal fonte de renda da família



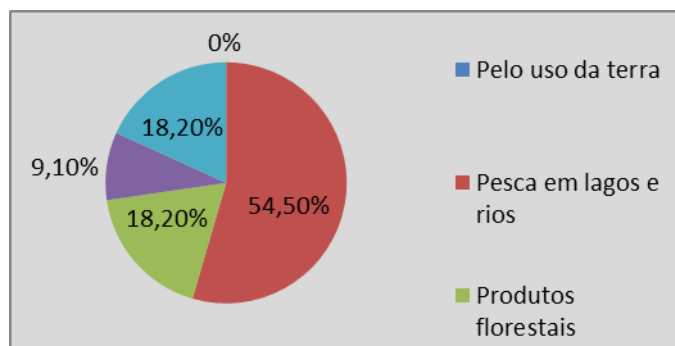
Fonte: NUSEC, 2016

Essa dependência dos recursos pesqueiros por grande parte da população da RDS Igapó Açu gerou e tem gerado conflitos territoriais. Segundo Sobreiro e Freitas (2008), desde a década de 60 os conflitos por pesca vem se intensificando na Amazônia. As regiões que apresentavam e apresentam conflitos latentes são os lagos de várzea, locais de maior pressão por pesca comercial.

Nos rios de águas pretas os conflitos por pesca estão relacionados com os diferentes modos de apropriação e uso das áreas de pesca (SOBREIRO e FREITAS, 2008). Na Amazônia, de uma maneira geral, e mais precisamente nos rios de água preta, intensificam-se as atividades pesqueiras, principalmente devido à perda de controle local sobre os recursos terrestres (SILVA, 2011). O rio Igapó Açu apresenta farturas de espécies de peixes, principalmente de tucunaré, essa característica tem atraído os olhares externos à UC, e gerado conflitos territoriais,

pelo uso das áreas de pesca e pela exploração de outros recursos naturais, conforme se observa no Gráfico 2.

Gráfico 2: Tipos de conflitos existentes na RDS Igapó Açu

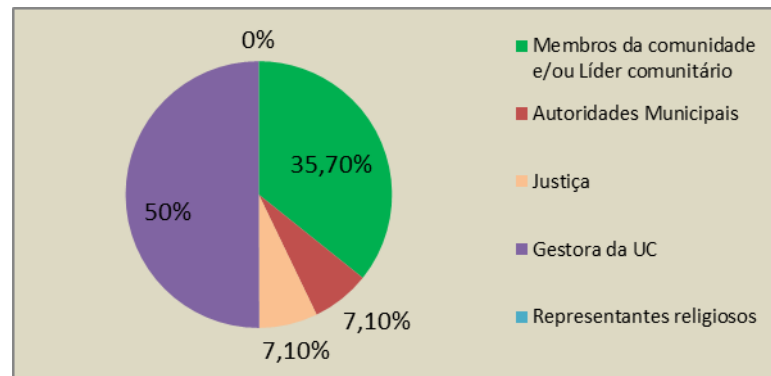


Fonte: NUSEC, 2016

O principal conflito citado refere-se à pesca em lagos e rios (54,50%), seguido dos conflitos por produtos florestais madeireiros (18,20%), conflitos pessoais (18,20%), e conflitos por produtos florestais não madeireiros (9,10%). Os conflitos em UC são polissêmicos, ou seja, possuem vários significados e ângulos, e variam de acordo com as relações de interesses entre os sujeitos sociais envolvidos. Inúmeros são os conflitos existentes na RDS Igapó Açu, o delineamento desses conflitos e seu desenvolvimento variam temporalmente, ora mitigando-se ora acentuando-se.

Os conflitos, mencionados nas respostas dadas no formulário, foram significativamente mitigados após a transformação da área em UC. Essa mitigação explica-se pela forte dependência relacional estabelecida para as atividades voltadas à conservação ambiental entre as duas comunidades. Além desse fator, o turismo emerge como um importante instrumento de mitigação das relações conflitivas, pois necessita para sua realização da condensação de interesses de ambas as comunidades. Em casos de acentuação dos conflitos, as famílias da RDS Igapó Açu recorrem a diferentes atores sociais, conforme se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3: Atores sociais recorridos pelas famílias em caso de acentuação dos conflitos



Fonte: NUSEC, 2016

O Gráfico 3 mostra a quem os residentes recorrem em caso de acentuação dos conflitos territoriais. Os resultados indicam que 50% das famílias recorrem à gestora da UC, 35,70% recorrem aos membros da comunidade e aos líderes comunitários, e 7,10% recorrem às autoridades municipais e à justiça. A expressividade da recorrência à gestora da UC mostra a importância da gestão territorial na mitigação dos conflitos na RDS Igapó Açu.

7.1 Discussão

Por meio da ideologia do “desenvolvimento sustentável” houve um aumento do número de unidades de conservação estaduais no Amazonas, isso decorre da constante valorização midiática da biodiversidade existente na floresta amazônica, resultando em uma apropriação tanto econômica quanto simbólica da biodiversidade existente nesse vasto território nacional.

Os conflitos territoriais são resultantes de interesses distintos e divergentes, portanto dissimétricos, que se materializam, refletem e são refletidos no território. Segundo Raffestin (1993) o território é “*um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder*”. Assim sendo, o território expressa e é expressado pelos mais variados processos sociais que se materializam nas espacialidades.

Os resultados indicaram que os gestores da UC são os sujeitos sociais mais procurados para sanar os conflitos existentes na RDS Igapó Açu, o que é um fato



positivo, pois os residentes reconhecem a necessidade de proteção ao ambiente. A criação da RDS não veio com o intuito de restringir a utilização dos recursos naturais, e sim minimizar os impactos ambientais.

Os conflitos internos de certa forma só poderão ser sanados quando as duas partes estiverem dispostas a lutar por um mesmo ideal. As oficinas realizadas na UC pelo órgão gestor tem sido de grande proveito, pois além de ser um atrativo torna-se educativo o que ajuda muito para a diminuição dos conflitos existentes.

Por abrigar uma gama atores e peculiaridades, as Unidades de Conservação figuram como um recorte da sociedade (IORIS, 2000), com seus conflitos e cooperação, requerendo projetos científicos que sejam capazes de abrigar respostas para o caso de divergências de interesses, dando ao gestor possibilidade de resguardar o objetivo e a finalidade para a qual a Unidade de Conservação foi criada, garantindo a sustentabilidade ambiental e os direitos dos povos tradicionais. É imprescindível entender e explorar essas questões para que as Políticas Ambientais estaduais e federais sejam mais pontuais e efetivas.

As Unidades de Conservações vieram para somar com os comunitários que ao decorrer do tempo observaram que a criação da RDS Igapó Açu trouxe mais benefícios às comunidades, porém este processo leva tempo para ser fortalecido junto às comunidades. Os conflitos existem, entretanto, há uma preocupação por parte do órgão gestor em extingui-los.

8. Referências

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: mito e realidade**. Editora Garamond: Rio de Janeiro, 1984.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SILVA, Andréa Leme da. Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, 2011.

